Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.8, n.15, Jan./Jun. 2019 | p.168-194

A AMÉRICA LATINA: CICLO DE COMMODITIES E CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL

Francisco Luiz Corsi[1]
Agnaldo dos Santos[2]
José Marangoni Camargo[3]

Introdução

Entender os impactos do *boom* de *commodities*, do esgotamento desse ciclo e os desafios colocados para o desenvolvimento da América Latina exige que discutamos esses processos como articulados a expansão e crise do capitalismo global. O *boom* das *commodities* entre 2003 e 2011 não pode ser compreendido senão como um aspecto da fase expansiva da economia mundial. Da mesma forma, o seu fim está relacionado com a crise do capitalismo global.

A crise aberta pelo estouro da bolha imobiliária nos EUA em 2008, mas latente desde o ano anterior, abriu largo período de baixo crescimento, que alguns autores denominam de Grande Depressão (Roberts 2016). Em 2009, o PIB mundial retrocedeu 0,6% e, entre esta data e 2017, e economia cresceu em média 3,3%, contra 4,7% da fase expansiva (2003-2008)[4]. Seja

1 Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Economia Política e Economia Brasileira do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP. E-mail: flcorsi@uol.com.br

2 Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor de Economia Política na FFC-UNESP; Economia Política e Sociologia do Desenvolvimento. E-mail: agnaldo.santos@unesp.br

3 Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Economia na FFC-UNESP; Emprego, economia rural e economia política. E-mail: jmaraga@uol.com.br

4 Este crescimento médio foi muito desigual. As regiões centrais tiveram um crescimento mui-

como for, uma fase de crescimento bem menor que a anterior. A profundidade da crise, a maior desde a Grande Depressão dos anos de 1930, indica que o capitalismo passará, como em todas as outras situações de crise de grande envergadura, por um processo de reestruturação, com amplas consequências econômicas e políticas tanto para o centro como para a periferia do sistema.

No entanto, a crise aberta em 2008 não significou o fim imediato do *boom* de *commodities*. Os preços das mesmas caíram no ano seguinte e se recuperaram até 2011, declinando suavemente até 2014, quando declinaram de maneira mais acentuada[5]. O preço das *commodities* se recuperaram, entre 2010 e 2011, graças sobretudo a resposta que a China deu a crise do capitalismo global, implementando um amplo programa de investimento na infraestrutura e na indústria e isso manteve a demanda por *commodities* elevada. Mas a estratégia chinesa agravou a crise de superprodução global ao acarretar um considerável excesso de capacidade ociosa em vários setores importantes de sua economia, associado a crescente endividamento e a queda da taxa de lucro[6]. Isto levou a desaceleração da atividade econômica na China, o que por sua vez atingiu em cheio o mercado de *commodities*, fazendo os seus preços caírem. O fim do *boom* teve forte impacto econômico e político nos países latino-americanos, mas principalmente nos sul-americanos.

O objetivo do presente artigo consiste em discutir os efeitos desses processos nas economias latino-americanas. A análise dessas questões será feita a partir de uma perspectiva histórica. Consideramos que tanto a fase expansiva (2003-2008) quanto a crise aberta em 2008 precisam ser entendidas no bojo do processo de mundialização do capital. A crise, que se estende até o presente, parece marcar o esgotamento da reestruturação do capitalismo desencadeada como resposta à crise estrutural dos anos 1970. Dessa forma, entramos em uma fase de intensificação da luta pela hegemonia mundial e reorganização do sistema. Não pretendemos aqui esgotar temas tão complexos. As presentes notas refletem pesquisas ainda em andamento.

O ponto de partida da análise é a economia mundial. Não é possível a compreensão da via de desenvolvimento da América Latina sem compreendermos sua posição dependente e subordinada neste contexto mais amplo. Embora as especificidades econômicas, sociais, políticas e históricas nacionais sejam pronunciadas e sejam de grande importância em qualquer análise, a região conforma uma unidade em decorrência de sua formação no bojo do processo histórico de expansão capitalista global e de seu papel como espaço

to baixo, enquanto a periferia, sobretudo o Leste asiático apresentou taxas elevadas (FMI 2018).

5 Sobre o comportamento dos preços das *commodities* ver, entre outros, Leite (2017).

6 Sobre o comportamento da taxa de lucro na China ver Maito (2013).

de valorização de capital, como fornecedora de matérias-primas, como mercado e como exportadora de excedente apropriado pelas economias centrais. As formas de dependência não são estáticas, variam conforme a dinâmica da economia mundial e as transformações econômicas, políticas e sociais internas e as diferentes correlações de forças resultantes desses complexos processos.

A partir desse enfoque o texto está organizado da seguinte forma. Além dessa introdução, divide-se em 4 itens. No primeiro, abordamos a reestruturação do capitalismo nas décadas de 1980 e 1990 e como a América Latina se inseriu neste processo. No segundo item, discutimos o *boom* de *commodities* e seus efeitos na região. Em seguida, discutimos a crise, o fim do *boom* de *commodities* e seus impactos na América Latina. Por último, tecemos algumas considerações finais.

A reconfiguração do capitalismo e a América Latina

A profundidade da crise da década de 1970[7] levou o capitalismo a se reestruturar. Havia um grave problema de queda de rentabilidade à época, que não foi totalmente resolvido. A tentativa de recompor rentabilidade e de conter os avanços da contestação social, que poderia caminhar para uma situação de ruptura do sistema, levou os governos dos países centrais, os fundos de investimento, as grandes corporações e os grandes bancos a partir dos governos de R. Reagan e M. Thatcher impor um complexo e contraditório processo de reestruturação do capitalismo. De acordo com os neoliberais, a reorganização do sistema desencadearia vigorosa expansão da acumulação de capital e asseguraria a convergência dos padrões de renda e consumo em escala mundial (Corsi 2006).

As linhas gerais da reestruturação foram as seguintes: enfraquecimento paulatino do Estado de Bem-Estar Social; aprofundamento da liberalização comercial das economias nacionais; desregulamentação dos mercados financeiros; intensificação do processo de centralização de capitais em âmbito mundial; introdução da chamada acumulação flexível, que levou a crescente precarização das condições de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora; inovações tecnológicas, que poupam trabalho; desmonte de diversas experiências desenvolvimentistas na periferia do sistema e reconfiguração espacial da acumulação de capital. Parte dessas iniciativas tinha por objetivo

7 De modo extremamente esquemático, a crise dos anos 1970, resultou de um conjunto de determinações articuladas entre si, sendo as principais as seguintes: queda da taxa de lucro, crise do sistema monetário internacional, acirramento da luta de classes, erosão da hegemonia dos EUA, crise energética, elevação da inflação e aparente fortalecimento da URSS.

ampliar sobremaneira a oferta de força de trabalho a baixo custo em escala global. Era fundamental arrochar os salários para recuperar a rentabilidade e conter a crescente força dos sindicatos. Não por acaso, nas últimas décadas verifica-se a tendência de os salários crescerem abaixo da produtividade e a de concentração da renda[8], embora possa se observar paralelamente a redução da pobreza em escala mundial, o que se deveu sobretudo a diminuição do número de pobres na China e na Índia (CEPAL 2016). A reestruturação do capitalismo conseguiu estancar a queda dos lucros, que subiram entre 1984 e 1997, sem, no entanto, recuperar o patamar anterior[9]. Este comportamento dos lucros esmoreceu a acumulação[10]. As dificuldades de valorização do capital na produção, sobretudo nos países desenvolvidos, desencadearam dois processos que direcionavam o capital para espaços de maior rentabilidade. De um lado, a expansão da esfera financeira[11] e de outro a busca de novos espaços de acumulação, em particular na Ásia. (Harvey 1996, Brenner 2006, Corsi 2006, Chesnais 2012, Maito 2013, Pikety 2014).

O inchaço da esfera financeira data dos anos 1980, embora desde os anos de 1960 observe-se crescente expansão do capital financeiro. Essa pronunciada expansão foi viabilizada pela abertura das economias nacionais, pela desregulamentação financeira e pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação. O resultado desse processo foi o predomínio do capital financeiro, sustentado em um volume cada vez maior de capital fictício na atual fase do capitalismo. A valorização deste capital baseia-se na especulação com títulos de dívidas e suas múltiplas formas de derivativos, moedas, ações, imóveis e *commodities*. Neste contexto, a valorização do capital fictício passou a depender de bolhas especulativas[12].

---

8 Ver a respeito Piketty (2014). Segundo este autor, em 2010, os 10% mais ricos detinham 50% da renda, enquanto os 50% mais pobres 20%.

9 A discussão sobre a taxa de lucro na atual fase do capitalismo é extensa e polêmica. Entre outros, ver Maito (2013) e Roberts (2016). Estes autores defendem a existência de uma tendência de longo prazo de queda da taxa de lucro. De acordo com Maito (2013), a taxa de lucro, obtida com base na média ponderada de uma amostra de 14 países, caiu de 25,7%, em 1969, para 16,5%, em 2010, tendo se recuperado parcialmente entre 1982 e 1997 e entre 2004 e 2007, mas sem recuperar o patamar dos anos de 1960.

10 A queda da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi mais acentuada nos países da OCDE. Entre 1970 e 2010, esta taxa caiu de 27,5% do PIB para 20,58%. No Japão, por exemplo, a FBCF foi de 40,91% do PIB, em 1970; 27,30%, em 2000, e 21,29%, em 2010. (Banco Mundial, 2018).

11 Segundo Chenais (1998, 17): "A gradativa reconstituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção".

12 Segundo Chesnais (1998, 14-15), entre 1980 e 1992, a taxa média anual de crescimento do estoque de ativos financeiros foi 2,6 vezes maior que a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo

Estes processos tiveram impacto muito desigual na economia mundial. Nestas circunstâncias, o centro do sistema capitalista e vastas áreas da periferia, no período 1980-2003, apresentaram tendência ao baixo crescimento, enquanto os novos espaços de acumulação da Ásia cresceram a um ritmo acelerado[13]. O crescimento acelerado dessa região estava articulado, em parte, aos crescentes déficits comerciais norte-americanos. Observa-se, nesta fase, uma relação simbiótica entre a economia norte-americana e os novos centros de acumulação na Ásia. O elevado consumo nos EUA, que não consegue ser totalmente satisfeito pela produção interna, contribui para manter a demanda global elevada por meio de crescentes déficits em conta corrente. Concomitantemente, os países superavitários financiam os déficits dos EUA, possibilitando este país manter um nível de consumo acima de suas condições econômicas e controlar a inflação a partir de importações baratas, em particular da Ásia. Em contrapartida, os países asiáticos se beneficiam dos estímulos provenientes da demanda norte-americana, que estimulam o investimento, a produção e o emprego, além de absorverem capitais e tecnologia dos EUA. Estes países também valorizam seus excedentes na forma de títulos do Tesouro dos EUA e dessa maneira contribuem para sustentar a valorização do capital fictício. As economias asiáticas também se tornaram um espaço privilegiado de especulação com títulos, ações, moedas e imóveis, atraindo capital do mundo todo, o que contribuiu para gerar bolhas especulativas na região, como na segunda metade dos anos 1990 (Medeiros 2008; Belluzzo 2009; Varoufaks 2016).

As bolhas especulativas, de um lado, e a abertura de novos espaços de acumulação na Ásia, em especial na China, de outro lado, evitaram que o capitalismo entrasse em um largo período de estagnação. Rapidamente, as reformas na China abriram para o capital um novo espaço de valorização do capital, caracterizado por dispor de força de trabalho barata, qualificada e disciplinada; de uma legislação ambiental flexível, de ampla infraestrutura e altas taxas de lucro (Medeiros 2008, Maito 2013).

Parte importante da reconfiguração espacial da acumulação de capital sustentou-se na formação de cadeias globais de produção, que dispersaram geograficamente, em muitos setores, as diferentes fases do processo produtivo por meio da organização de empresas em rede, incorporando seletivamen-

(FBCF) para os países da OCDE. Entre 1998 e 2007, os ativos financeiros cresceram 296,5% no mundo (Chesnais 2016).

13 Entre 1981 e 2000, os países industrializados apresentaram um crescimento médio anual do PIB de 2,73%, enquanto os países em desenvolvimento cresceram 4,31%, sendo que na Ásia, na África e na América Latina cresceram respectivamente 5,77%, 2,44% e 2,25% neste período. Os dados indicam um crescimento marcadamente desigual (Nayyar 2014, 110-112).

te inúmeros países periféricos. As grandes corporações lideraram este processo e controlam as fases de maior valor agregado, assim como a produção de tecnologia de ponta. Elos centrais dessas cadeias de valor do novo padrão tecnológico e produtivo, baseado sobretudo nos setores de informática, eletrônico e de tecnologia da informação. Os países centrais continuam também controlando boa parte do comércio, das finanças e das instituições multilaterais, não obstante algumas iniciativas mais recentes, como a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, criado em 2014, que buscam, entre outros aspectos, pressionar a hegemonia os EUA.

Os impactos desses processos na periferia foram imensos. Entre 1980 e 2003, alguns países asiáticos, que receberam consideráveis fluxos de capital e tecnologia, lograram acelerados processos de industrialização e inseriram-se de maneira dinâmica na economia mundial, não necessariamente enfrentado os graves problemas de miséria e desigualdade social. A China, por exemplo, conseguiu internalizar várias dessas cadeias produtivas em seu imenso mercado.

No entanto, inúmeros países periféricos apresentaram baixo crescimento, acentuada instabilidade e retrocesso em indicadores sociais. O caminho seguido por países dinâmicos do Leste asiático, como a China e a Coréia do Sul, não pode ser seguido pela maior parte da periferia. Os diferentes caminhos seguidos pelos países periféricos dependeram de um conjunto de fatores geopolíticos, econômicos, sociais e políticos, que não é possível aqui discutir em detalhes[14]. A ascensão do Leste asiático não está associada apenas às transformações na economia mundial e às políticas das potências capitalistas, como a política dos EUA, que ao objetivar a contenção da URSS abriu espaço para o desenvolvimento regional, em especial para a reinserção da China na economia mundial, mas também a adoção de projetos de desenvolvimento calcados nas exportações de manufaturados (Medeiros 2008)[15].

Os países mais importantes da América Latina, como o México, o Bra-

14 Ver a respeito entre outros: Arrighi, (2008); Medeiros, (2008). É importante destacar, contudo, que mesmo não seguindo uma trajetória idêntica, estes países se inspiraram nas experiências alemã e estadunidense do século XIX e japonês do século XX (Chang, 2004).

15 Apesar as peculiaridades nacionais, as estratégias de desenvolvimento desses países, em grande medida, voltavam-se para as exportações de produtos manufaturados e baseavam-se na ampla coordenação e controle do Estado das políticas cambial, monetária e creditícia, assim como dos setores estratégicos. Outro elemento relevante foi a política de desenvolvimento tecnológico e de educação. Dentro desse quadro, a China apresenta importantes peculiaridades, pois, depois de realizar uma revolução e uma experiência socialistas, passa por um processo de transição para o capitalismo a partir de um projeto nacional de transformá-la em grande potência. Projeto que soube aproveitar as brechas na estrutura da economia mundial. (Corsi 2011).

sil e a Argentina, que se desenvolveram aceleradamente a partir da expansão do mercado interno e da industrialização via substituição de importações[16], no período 1980 e 2003, entraram em uma fase de baixo crescimento, instabilidade, crises inflacionárias, crise nas contas externas e de retrocesso social[17]. O choque de juros nos EUA, em 1979, ao implicar na crescente dificuldade de refinanciar a dívida externa, foi um elemento importante para a crise irreversível do modelo desenvolvimentista.

A crise da dívida externa solapou as bases do financiamento do desenvolvimento. O desigual avanço da industrialização da Grande Depressão dos anos de 1930 até a década de 1970, possibilitado, em grande medida, pela forma de organização da economia mundial neste período, foi obstado, pois o Estado demiurgo desse processo perdeu a condição de liderá-lo e articulá-lo, à medida que foi paralisado pela desorganização dos esquemas de financiamento do gasto público, especialmente devido à necessidade de pagar a dívida externa estatizada. Ao mesmo tempo em que desmoronava a estratégia de financiar o desenvolvimento com financiamento externo seguida desde a década de 1950. As maiores economias latino-americanas passaram a gravitar em torno da necessidade de pagar a dívida externa e para tanto adotaram as políticas recessivas impostas pelo FMI com o objetivo de gerar divisas a qualquer custo para saldar o pagamento dos juros aos credores externos, o que levou a região a entrar em uma larga fase de estagnação, aprofundando a transferência de excedentes para os países centrais. Para tanto foi necessário intensificar a exploração da força de trabalho (Cano, 2000, Corsi, 2013)[18].

Nestas circunstâncias, enquanto as economias centrais e diversos países asiáticos se reestruturavam com base em um novo padrão de acumulação e nova base tecnológica, os países latino-americanos foram capturados pelos

16 É preciso assinalar que muitos países da região não lograram diversificar suas economias e continuaram baseando-as na produção primária.

17 O PIB latino-americano, que cresceu nas décadas de 1960 e 1970 respectivamente 5,5% e 5,6%. No período 1981-1990 cresceu 0,9%, apresentando um crescimento médio de 3,3% entre 1990 e 1997. Porém, depois das crises asiática, brasileira e argentina voltou a declinar e, entre 1997 e 2002, crescendo em média 1%. Neste último período, o PIB *per capita* retrocedeu 1,45% (Cano 2000, CEPAL 2003).

18 O desmonte do modelo desenvolvimentista na região começou concomitantemente a crise estrutural do capitalismo a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, as economias latino-americanas foram assoladas pelas crises da dívida externa, inflacionárias e ficais. Os países latino-americanos foram alijados dos fluxos de capitais e sofreram a forte queda dos termos de troca em decorrência da crise mundial, desencadeada pela forte elevação da taxa de juros pelos EUA e do segundo choque do petróleo. Isto tornou bastante difícil o pagamento da dívida externa, cujos serviços cresceram exponencialmente com a elevação da taxa de juros, mas mesmo assim estes países exportaram vultosos recursos para os países desenvolvidos (Basualdo e Arceo 2006).

circuitos de valorização fictícia do capital e a industrialização, que continuava a depender de importações de bens de capital e intermediários e de financiamento externo, ficou comprometida nesta nova fase. Estavam dadas as condições para o retrocesso na estrutura produtiva e para um novo avanço da inserção da região como exportadora de bens primários na economia mundial. Uma inserção bem menos dinâmica no capitalismo global que os países em desenvolvimento da Ásia, que não seguiram as políticas econômicas neoliberais, o caso da China é exemplar (Cano 2000, Corsi 2013).

Observa-se uma queda da participação da indústria de transformação no PIB da América Latina. Em 1970, este setor representava 23,5% do PIB regional, caindo para 21,9%, em 1990, e 16,1%, em 2010. Em 2016, este número tinha declinado para 14,3% do PIB. Neste mesmo período, a participação da agricultura no PIB caiu de 11,6%, em 1970, para 5,7%, em 2010, e alcançando 5,8%, em 2016. Enquanto isso, verifica-se tendência de crescimento da participação do setor de serviços, que passou de 52,8% para 61,7% do PIB entre esses dois anos. Este setor não pode, em geral, ser caracterizado como concentrado em serviços modernos e dinâmicos. A participação da América Latina no valor agregado industrial mundial subiu de 4,5%, em 1970, para 7,2%, em 2010. Neste mesmo intervalo de tempo, a participação da Ásia subiu de 7,2% para 32,6%. A participação da América Latina nas exportações mundiais de produtos manufaturados, entre 1990 e 2010, passou de 2,2% para 4,1%, e na Ásia estes números foram respectivamente os seguintes: 14,8% e 35,3% (Nayyar 2014, 166-174, CEPAL, 2018, 34)

O esgotamento do chamado período desenvolvimentista, decorrente em boa medida da crise da dívida externa e das crises inflacionárias, somado as transformações da economia mundial e as fortes pressões políticas dos EUA, do FMI e do capital financeiro global, levou vários governos da região a adotarem políticas neoliberais. Embora com variações nacionais, as políticas econômicas, inspiradas no Consenso de Washington, caracterizaram-se pelos planos de estabilização com âncoras cambiais, pela abertura e desregulamentação das economias e pela privatização das empresas estatais. Esta estratégia, apesar de ter controlado os processos inflacionários, criou uma armadilha para o crescimento econômico, pois o câmbio valorizado, associado à abertura e desregulamentação da economia e a redução da ação estatal na esfera econômica, resultavam em deterioração das contas externas, em um quadro de instabilidade da economia mundial. Diante da necessidade equilibrar as contas externas e reduzir a crescente vulnerabilidade, era necessário majorar as taxas de juros a níveis muito superiores às taxas internacionais com o fito de atrair um fluxo crescente de capitais externos, imprescindíveis para fechar o balanço de pagamentos. Porém, a manutenção dos juros em patamares muito

elevados e moedas valorizadas, de um lado, resultavam na diminuição do consumo e do investimento e, por conseguinte, implicava em baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública, deterioração da situação fiscal, crescentes déficits na balança comercial e insustentável vulnerabilidade externa, e, de outro lado, robusto fluxo de capitais especulativos, que aproveitavam os diferencias de taxas de juros e as oportunidades de especular com o câmbio. A dependência desses fluxos especulativos tornou-se crescente. Os recursos externos atraídos pelos processos de privatização das empresas estatais não eram suficientes para equilibrar as contas externas, reduzir as dívidas internas e impulsionar o crescimento. De modo geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento (Cano, 2000, Carneiro 2002, Gonçalves 2002)[19].

Esse caminho aprofundou a dependência e a vulnerabilidade externa da região no capitalismo global e permitiu que a região se abrisse como espaço de valorização fictícia do capital, como ficou evidente nos processos que desembocaram nas crises do México (1994), do Brasil (1999) e da Argentina (2000), desencadeadas por amplos movimentos especulativos contra as moedas desses países[20]. Os processos de privatização das empresas estatais em setores estratégicos também abriram inúmeras oportunidades de valorização dos capitais dos países desenvolvidos (Cano 2000, Basualdo e Arceo 2006). Em uma situação de crescente vulnerabilidade externa, baixo e oscilante crescimento, altas taxas de juros e acirrada concorrência externa derivada da ten-

19 No caso do Brasil, o abandono da âncora cambial, em 1999, levou o governo Cardoso a adotar uma política econômica calcada em metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário nas contas públicas. Esta política, da mesma forma que a anterior, continuou a cercear o crescimento, pois, em um contexto de crescente desestruturação das cadeias produtivas, um crescimento mais acentuado da economia tenderia a aprofundar os desequilíbrios das contas externas e a gerar pressões inflacionárias, em parte devido à desvalorização da moeda. Desta forma, para deter o avanço da inflação e do desequilíbrio externo, seguindo as restrições estabelecidas pelas metas de inflação, os juros deveriam ser majorados, resultando em esmorecimento do crescimento, valorização da moeda, deterioração das finanças públicas, desemprego e diminuição dos salários. A necessidade, nestas circunstâncias, de aumentar o superávit primário para equilibrar as contas públicas reforçaria o desaquecimento da economia. A valorização da moeda afetaria negativamente o setor industrial. O resultado desses processos seria um comportamento oscilante da economia (Katz 2012). O *boom* de *commodities* ao ser fundamental para reduzir a vulnerabilidade externa possibilitou a economia brasileira fugir temporariamente dessa armadilha.

20 Entre 1990 e 2000, entrou na América Latina na forma de capital privado US$ 481,9 bilhões, sendo US$ 269,8 bilhões em aplicações em carteira, que representaram 54,19% do total. Isto indica o quanto a região foi importante como espaço de valorização fictícia do capital. A Ásia recebeu, de 1990 até a crise asiática de 1997, US$ 390 bilhões, sendo US$ 105,6 bilhões em carteira, 27% do total (Carneiro 2002, 252).

dência de valorização das moedas da região, observou-se desorganização das cadeias produtivas e perda de peso do setor industrial na economia. Esta fase de baixo crescimento e instabilidade só terminou com o *boom* de *commodities*.

O boom de commodities (2003-2012)

A fase expansiva da economia mundial resultou da retomada da economia norte-americana depois da crise da Nasdaq, em 2001, e da forte expansão da economia chinesa. A política econômica adotada pelo governo Bush, notadamente o aumento do gasto público, a redução dos juros, e a ampliação do crédito, contribuiu para a retomada. Também foi importante o crescente endividamento das famílias e das empresas. Mas o fator decisivo foi a formação de uma nova bolha especulativa no setor imobiliário a partir da redução dos juros e do crédito fácil. O forte crescimento do setor imobiliário, que tem extenso encadeamento com vários outros setores, impulsionou o conjunto da economia norte-americana (Brenner 2006, Belluzzo 2009).

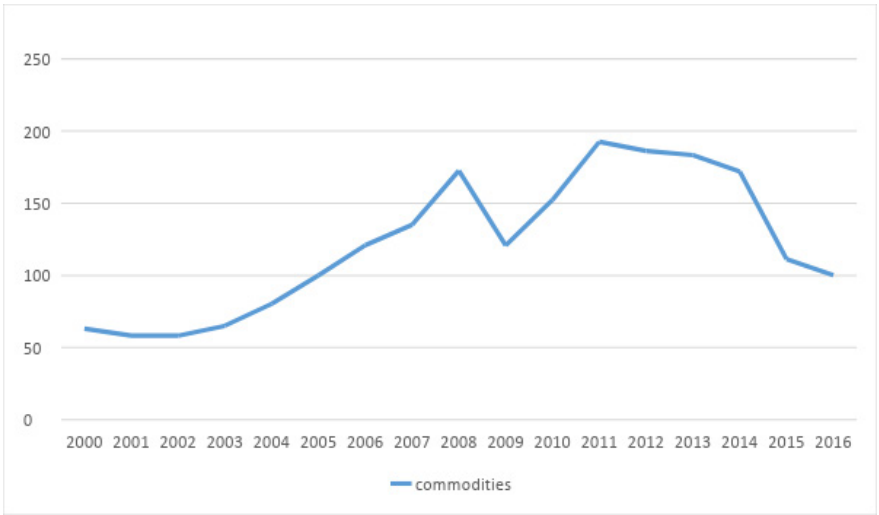
Os crescentes déficits comerciais, que resultaram da retomada da economia norte-americana, estimularam a economia mundial, em particular os países asiáticos, que tinham nas exportações o carro chefe do crescimento. Este foi o caso da economia chinesa. Porém, é preciso observar que o próprio crescimento do mercado interno chinês foi relevante para transformar a China em um espaço dinâmico de acumulação de capital em escala global. Desde a década de 1980, este país parece passar por um processo de transição para o capitalismo e isto teve um impacto em todo o sistema. O peso crescente da China tendeu a reorganizar a divisão regional e mundial do trabalho. Contudo, os EUA continuam, ao menos a médio prazo, sendo o centro do capitalismo (Belluzzo 2009).

Neste contexto, a China desde a crise asiática de 1997 vem ganhando peso na economia mundial. Paulatinamente deslocou o Japão do centro da economia regional e alterou a divisão internacional do trabalho. O seu intenso crescimento teve um impacto enorme sobre o mercado de *commodities* e o preço das mesmas disparou a partir de 2003, como pode ser observado no gráfico 1[21]. Este comportamento também se deveu a exacerbação da especulação. Em

21 Entre 2002 e 2007, a participação chinesa no consumo mundial de minério de ferro foi de 22,3% para 43,9%. Neste mesmo período, o preço do minério elevou-se em 184,7%. Em relação ao cobre à participação chinesa subiu 18,2% para 27,1% e os preços dessa *commodities* subiram 356,5%. Evolução similar pode ser verificada no que se refere aos 15 produtos mais importantes da pauta de exportação da América Latina. A forte elevação dos preços das *commodities* também decorreu da desvalorização do dólar (cerca de 25%) e da especulação, que cresceu nesses mercados em virtude da elevada liquidez internacional (Jenkins 2011, 79-82).

um contexto de elevada liquidez no mercado mundial, floresceu a aplicação em *commodities*. Entre 2003 e 2011, os preços das *commodities* aumentaram em 230%, cabendo destacar as *commodities* minerais, que cresceram 322%, e as energéticas, que cresceram 310%.

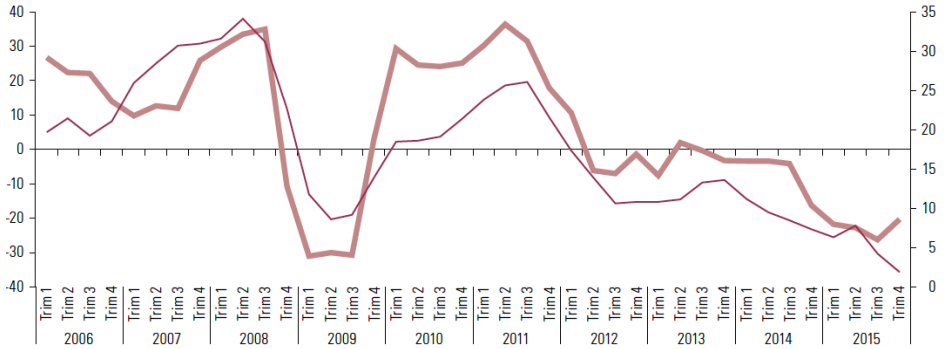
Gráfico 1 - Índice de Preços das Commodities Primárias (2005=100)



Fonte: FMI/ Data

Neste contexto, a América Latina tendeu, cada vez mais a gravitar em torno da economia chinesa, e inseriu-se na economia global como fornecedora de *commodities* e bens manufaturados de baixo valor agregado, reafirmando uma inserção dependente e subordinada no sistema capitalista. Uma das consequências da elevação dos preços das *commodities* foi a melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, que subiram em 38% entre 2001 e 20008. O comércio bilateral da região com a China se multiplicou por 22 vezes entre 2001 e 2013. O gráfico 2 indica como as exportações da América do Sul, região que mais se inseriu como exportadora de bens primários, passaram a acompanhar o movimento da economia chinesa. Para o conjunto da América Latina o comportamento não segue esse padrão, dado que o México, grande exportador de bens manufaturados, tem nos EUA seu principal mercado.

Gráfico 2 - Variação anual das exportações da América do Sul e do PIB da China (em %)



Linha fina: Exportações América do Sul (eixo esquerdo)
Linha espessa: PIB China (eixo direito)
Fonte: CEPAL (2018, 63)

Este desempenho foi acompanhado de reprimarização da pauta de exportações da América Latina, com pode ser verificado pela tabela 1. No comércio com a China, entre 2001 e 2013, o saldo favorável a América Latina relativo às *commodities* passou 2,3 bilhões de dólares para 62,6 bilhões, enquanto o déficit de produtos industrializados saltou de 7,5 bilhões para 130,7 bilhões de dólares. Em 2011, 60,7% das exportações da região eram compostas de bens primários, enquanto, em 2004, as exportações de bens primários representavam 46,3% do total exportado. Em valores constantes de 2000, as exportações de bens primários para China, que em 1990 representava 68% do total, passaram para 85% em 2011.Os dados indicam uma inserção muito pouco dinâmica da região no comércio internacional, uma vez que o comércio de bens manufaturados é mais dinâmico. Observa-se um reforço do padrão histórico de inserção da região como exportadora de bens primários para a maioria dos países latino-americanos. Observa-se também um retrocesso no caso do Brasil, que tinha uma estrutura mais diversificada de exportações, herdada do período desenvolvimentista, antes do *boom* de *commodities*. O peso das manufaturas na economia mexicana deve-se à indústria maquiladora, que sobretudo reprocessa e monta produtos manufaturados importados, apresentando poucos encadeamentos internos. O recuo do peso dos produtos primários no total das exportações a partir de 2012 reflete o fim do *boom* de *commodities*, mas é cedo para afirmar que representa uma nova tendência (Camargo 2014,

Santos 2015, Leite, 2017)[22].

Tabela 1 - Participação dos produtos primários no total das exportações (em %)

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Argentina	67,6	69,5	71,2	68,2	69,2	67,8	68,8	66,9	73,4
Bolívia	72,3	84,2	86,7	89,8	92,8	92,6	95,1	96,4	94,5
Brasil	42,0	47,4	47,0	49,5	55,4	63,6	65,3	65,2	60,1
Colômbia	65,9	62,2	62,9	65,3	68,9	82,5	83,5	82,5	74,5
Chile	84,0	83,2	86,8	86,3	88,0	89,2	86,2	85,9	85,3
Equador	89,9	89,7	90,7	91,0	91,7	90,2	91,2	93,8	92,5
México	46,5	15,7	20,2	23,0	27,1	25,3	27,3	21,3	17,0
Peru	83,1	83,0	83,1	85,3	86,6	89,1	88,5	88,5	86,9
Uruguai	58,5	63,7	68,4	68,5	71,3	74,3	76,2	76,3	77,9
Venezuela	90,9	86,2	86,5	90,6	95,6	95,7	98,2	--	--
América Latina e Caribe	42,1	41,1	46,3	49,8	52,7	57,3	55,6	51,2	44,9

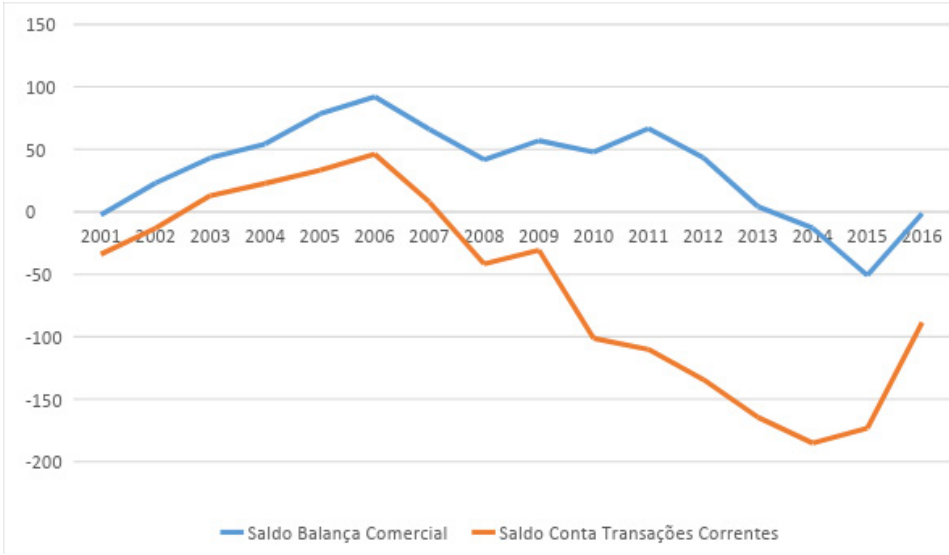
Fonte: CEPAL (2011-2018).

Este novo contexto coincidiu com a ascensão dos movimentos sociais na região e o descontentamento generalizado com os resultados das políticas neoliberais adotadas desde a década de1990, que foram responsáveis pela instabilidade e por retrocessos sociais. A crise Argentina de 2000 foi o ápice desse processo. Esta situação se refletiu em uma guinada de centro-esquerda no Equador, na Venezuela, na Bolívia, no Uruguai, no Paraguai, na Argentina e no Brasil. O *boom* de *commodities* contribuiu para criar as condições para que governos latino-americanos adotassem políticas expansivas e distributivistas da renda, o que não significou necessariamente uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais. Neste aspecto, o caso brasileiro é exemplar. A elevação dos preços das *commodities* e dos termos de troca reduziram as restrições externas ao crescimento e abriram espaço para incrementar a expansão do mercado interno com base no incremento do consumo, dos investimentos e dos gastos públicos, sem que isto desembocasse em crises cambiais. Este processo, somado a entrada significativa de capitais estrangeiros reduziu no curto prazo a vulnerabilidade externa, o que também abriu espaço para políti-

22 O caso do Brasil, país que tinha logrado avançar substantivamente em seu processo de industrialização na fase desenvolvimentista, embora não tenha completado o seu processo de industrialização, sobretudo no que se refere a produção de tecnologia, ilustra esse processo.

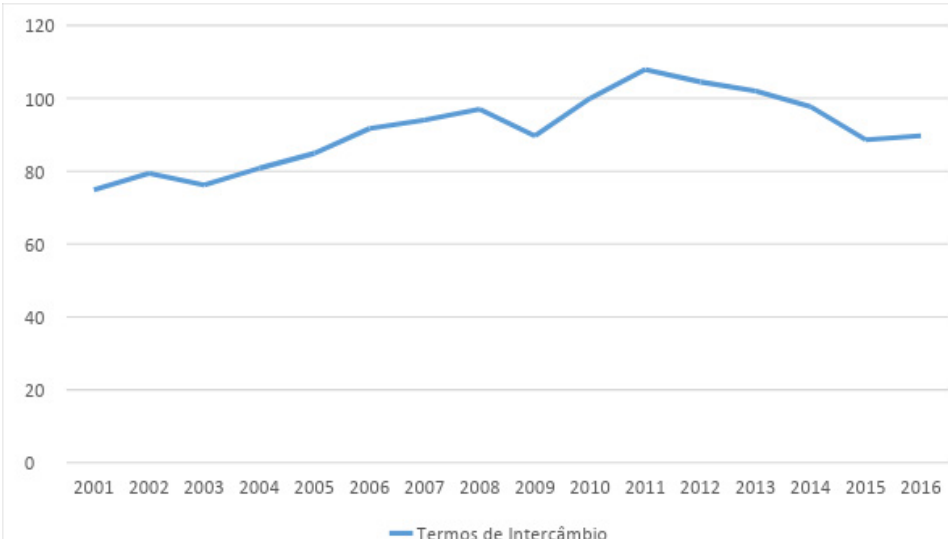
cas econômicas expansivas. O crescimento com modesta distribuição da renda foi um pilar importante para sustentação desses governos e das alianças de classe que os sustentavam. Os gráficos 3 e 4 indicam a redução da vulnerabilidade externa de curto prazo ao longo do *boom* de *commodities*, que possibilitou a adoção de políticas expansivas calcadas sobretudo no incremento do consumo. De modo geral, essas condições favoráveis não foram aproveitadas para implementar amplas políticas de transformação estrutural da economia. Podemos observar a tendência de superávits comerciais robustos até a crise, como também saldos positivos na conta de Transações Correntes entre 2003 e 2006, quando passaram a declinar. Os termos de troca melhoraram até 2011, caindo em seguida a partir do fim da fase expansiva do ciclo de *commodities*.

Gráfico 3 - América Latina: Balança Comercial e Transações Correntes (Em US$ bilhões/Valores correntes)



Fonte: CEPAL (2018)

Gráfico 4 - América Latina: Termos de Intercâmbio (2010 = 100)



Fonte: CEPAL (2018)

Embora as economias da região tenham sido duramente atingidas pela crise de 2008, rapidamente se recuperaram. O PIB latino-americano, entre 2004 e 2011, cresceu em média 4,18%. O PIB per capita, entre 2006 e 2011, cresceu em média 1,66%. A taxa de desemprego caiu de 8,6% para 6,7% entre esses dois anos. Entre 2002 e 2012, a parcela de pobres na população total caiu de 43,9% para 28,2%. A parcela de indigentes, neste mesmo período, caiu de 19,3% para 11,9% (CEPAL 2016, Leite 2017).

Entretanto, os efeitos do *boom* de *commodities* não foram homogêneos na região. A América do Sul foi bastante beneficiada e apresentou uma alta taxa de crescimento, acompanhada de melhoria da distribuição da renda e diminuição da pobreza, superior tanto ao período anterior quanto ao posterior (Santos 2015). Entre 1980 e 2003 a região cresceu 2,8%. Entre 2004 e 2011 cresceu em média 5,3%, e, entre 2012 e 2017, cresceu em média 1,2%. Os termos de intercâmbio cresceram cerca de 60% de 2000 a 2010. Também se observa uma melhora das transações correntes até 2008. A partir da crise mundial a situação se deteriorou. Também observamos incremento de reservas internacionais e valorização da moeda, que contribuiu para valorizar os salários (Santos 2015, CEPAL 2016).

O México, segundo Santos (2015), praticamente não foi afetado pelo *boom* de *commodities*, embora seja um exportador de petróleo. Cresceu, en-

tre 1980 e 2003, 2,7% em média por ano. No período 2004-2011, cresceu 2,7%, e, no período 2012-2016, cresceu 2,5%. Suas exportações cresceram 75% entre 2000 e 2008, enquanto as sul-americanas cresceram 324%. Este comportamento se deveu sobretudo ao fato deste país ser muito dependente dos EUA, exportar pouco para China e ter sofrido forte concorrência chinesa de produtos manufaturados, em especial no mercado norte-americano. A redução da pobreza no México foi menos acentuada. Em 2002, o número de pobres representava 39,4% da população e caiu para 36,3%, em 2010, enquanto o número de indigentes cresceu de 12,6% para 13,3% no mesmo período. O México não apresentou grandes desequilíbrios nas transações correntes e sua moeda não se valorizou como a dos países sul-americanos. Também apresentou um crescimento mais acentuado das exportações de manufaturados desde 2006 em comparação com esta região (Santos 2015, CEPAL 2016).

Os países da América Central, de acordo com o referido autor, foram pouco beneficiados pelo *boom* de *commodities*, pois a região não é importante exportadora de matérias-primas e bastante dependente dos EUA. Os termos de intercâmbio dos países centro-americanos, entre 2000 e 2010, declinaram 14%. O seu crescimento dependeu, em parte, do financiamento externo. O crescimento dos países da região foi bastante dispare. Panamá, República Dominicana, Honduras e Costa Rica tiveram um crescimento mais acentuado, enquanto Belize, Haiti, El Salvador, Nicarágua e Guatemala apresentaram baixo ou moderado crescimento (Santos, 2015, CEPAL 2016).

Apesar do *boom* de *commodities* ter impulsionado o crescimento da América Latina, a forma de inserção na economia global como exportadora de matérias-primas acarretou a reprimarização das exportações e o avanço da desindustrialização, sobretudo na América do Sul. Ou seja, as velhas estruturas foram reforçadas, o que dificulta a maior integração econômica da região e uma inserção mais autônoma e dinâmica no capitalismo global.

Como indicam inúmeros autores, dentre eles Pinto e Cintra (2015) e Leite (2017), a diversificação da economia parece ser fundamental para garantir um desenvolvimento sustentado com distribuição de renda e uma inserção dinâmica na economia mundial, à medida que a diversificação da estrutura produtiva, especialmente o desenvolvimento da indústria de transformação, é importante no processo de crescimento de longo prazo. Os governos de centro-esquerda e esquerda que ganharam terreno na fase expansiva na América Latina não avançaram neste sentido. Esses governos implementaram modelos de crescimento baseados sobretudo na expansão do consumo e das exportações. Modelos que dependem da redução da vulnerabilidade externa. Os limites desse modelo de crescimento foram explicitados com o paulatino esgotamento do *boom* de *commodities* a partir da crise de 2008 e com a atual

desaceleração da economia chinesa, ao que se somam inúmeras contradições internas. Este esgotamento é um elemento importante para explicar a reação neoliberal, que não por acaso se concentra na América do Sul. A eleição de Obrador, no México, que foi pouco afetado tanto pelo *boom* quanto pela crise do ciclo de *commodities*, indica as diferentes trajetórias. Reação neoliberal na América do Sul também se vincula a resposta que o capital está dando a crise estrutural do capitalismo global e o acirramento das lutas pela hegemonia mundial (Pinto e Cintra 2015, Leite 2017).

O fim do ciclo de commodities e seus desdobramentos na América Latina

O estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano rapidamente se transformou em uma crise global. A falência do banco Lehman Brothers acarretou severa contração da liquidez global, impactando negativamente a atividade econômica mundial, em especial nos países desenvolvidos. A acumulação de capital, o emprego e a renda declinaram, pondo fim a fase expansiva e abrindo uma fase de baixo crescimento mundial, da qual desaceleração da economia chinesa é um dos desdobramentos. Não obstante a profundidade e abrangência da crise, o excesso de capital fictício e de capacidade produtiva em escala mundial não foram desvalorizados o suficiente ou destruídos. A crise tornou mais uma vez evidente a incapacidade de os mercados regularem a economia de forma eficiente.

Apesar da abrangência da crise mundial a América Latina não mergulhou em crises financeiras e cambiais como nos anos de 1990, mas isso não livrou a região de uma fase declinante, resultante tanto de problemas internos quanto da desaceleração da economia global, em especial da economia chinesa, pois o desempenho desta é fator importante no mercado internacional de *commodities*. O comportamento declinante das economias latino-americanas denota os limites de um padrão de crescimento dependente, em grande parte, das exportações e do consumo.

A estratégia seguida pelos países centrais para enfrentar a crise, recuperar as taxas de lucro e evitar o colapso do capital financeiro baseou-se, de um lado, na austeridade fiscal, no arrocho dos salários e na redução dos direitos dos trabalhadores. De outro, na forte redução da taxa de juros e na adoção de uma política monetária largamente expansiva com o intuito de salvar o capital fictício, o que propiciou vigorosa entrada de capitais na América Latina em busca de valorização fictícia devido às taxas de juros elevadas da região. Entre 2010 e 2016, a média anual dos investimentos em carteira na

América Latina foi de US$ 98,40 bilhões e, entre 2003 e 2009, foi de US$ 15,90 bilhões. A partir de 2015, com a queda da atividade econômica na região e a elevação dos juros nos EUA verificou-se uma queda nestes fluxos, que em 2016 foram de US$ 67,15 bilhões. Soma-se a isso os investimentos diretos, cuja média anual no primeiro período foi de US$ 187,20 bilhões. Cabe assinalar que parte desses investimentos consistem de fato empréstimos intra-firmas, que são direcionados para aplicações financeiras. A entrada volumosa de capitais acarretou um forte incremento das remessas ao exterior. A América Latina reafirma sua inserção no capitalismo global como espaço privilegiado de valorização do capital financeiro globalizado (CEPAL 2018).

Contudo, os limites do padrão de crescimento dependente do bom desempenho das exportações não ficaram evidentes de imediato, apesar da retração da economia regional em 2009. Isto se deveu de um lado as políticas anticíclicas adotadas e a forma como a China reagiu à crise mundial adotando ampla política de investimentos.

As economias latino-americanas, inicialmente, sofreram forte impacto. O PIB regional declinou 2,0%, em 2009. Porém, voltaram a crescer no ano seguinte devido sobretudo à adoção de políticas anticíclicas, baseadas na redução dos juros, na elevação do gasto público e na ampliação do crédito. América Latina não foi um caso isolado, acompanhou o crescimento de outras regiões periféricas. A retomada da atividade econômica decorreu do incremento do consumo, dos investimentos e das exportações. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que tinha retrocedido 9,9%, em 2009, cresceu 11,2% em 2010, o que correspondeu a 21,3% do PIB, contra 20,8% no ano anterior. O consumo apresentou comportamento semelhante, crescendo 5,5% neste último ano, depois de ter recuado 0,1% no ano anterior. Em 2010, o PIB regional cresceu 6,1% (CEPAL 2018).

Entretanto, com o repique da crise mundial, decorrente do agravamento da situação na zona do euro, a economia da região desacelerou, crescendo 4,3%, em 2011; 3,2%, em 2012; 2,9% em 2013; 1,2%, em 2014; -0,2%, em 2015, e -0,6% em 2016. Tendência declinante que acompanhou o baixo desempenho da economia mundial, em particular a desaceleração chinesa. Em 2017, voltou a apresentar um modesto crescimento, 1,2%. Entre 2011 e 2017 a taxa de FBCF em relação PIB caiu de 21% para 17,7%, taxa insuficiente para sustentar um crescimento vigoroso da economia Até 2012 a desaceleração não foi mais acentuada graças às políticas expansivas adotadas pelos principais países latino-americanos, que, no entanto, perderam ímpeto diante de um cenário de elevação da inflação, e a continuidade do forte crescimento chinês, que impediu aguda retração das exportações. Também é preciso ressaltar os Investimentos Diretos Externos (IDE) chineses, voltados, em particular,

para incrementar a produção de matérias-primas, manufaturas e energia na periferia. Cabe destacar o incremento do investimento chinês na região. Em 2010, a China, responsável por 9% do IDE na região, apenas atrás dos EUA, com 17%, e dos Países Baixos, com 13%, realizou uma série de investimentos na América Latina nos setores de petróleo, energia, mineração, siderurgia, telecomunicações e automotivo da ordem de US$ 15 bilhões. Contudo, uma vez que esses investimentos se concentram sobretudo em setores voltados para extração de recursos naturais, eles reforçam uma inserção nada dinâmica da região no capitalismo global (CEPAL 2011 a, 2014, 2018).

Em 2009, as exportações latino-americanas para os EUA e para União Europeia declinaram respectivamente 26% e 29%, enquanto que para a Ásia cresceram 4%, sendo que as destinadas para China cresceram 11% (CEPAL 2011b, 13). Em 2010, as exportações sofreram um incremento de 29%, ante um declínio de 23% no ano anterior. Nos primeiros seis meses deste ano, as exportações para China apresentaram um crescimento superior ao do total das exportações, cresceram 45% em relação ao mesmo período de 2009. De 2000 a 2011, os países em desenvolvimento da Ásia incrementaram sua participação nas exportações latino-americanas de 3,5% para 15%, superando a União Europeia e ficando atrás apenas dos EUA (CEPAL 2011b, 25; CEPAL, 2012, 101; CEPAL 2012b, 56-58)[23].

A partir de 2011, observa-se uma queda no ritmo das exportações, que ainda cresceram 23,9% neste ano. Em 2012, a queda foi significativa. Houve um crescimento de apenas 1,6%. Em 2013, as exportações declinaram 3,1% e 23,6% no ano seguinte. Em 2016, a queda foi de 1,3% (CEPAL 211b, 25; CEPAL 2012b 56-58, 101; CEPAL 2007-2018). Esse declínio acompanhou a desaceleração do PIB Chinês e do comércio mundial.

Concomitantemente, as importações da China e dos demais países em desenvolvimento da Ásia cresceram mais que as de outras regiões[24]. A Amé-

23 Entre 2000 e 2010, as exportações latino-americanas para países asiáticos em desenvolvimento passaram de 7% para 24% do total exportado, enquanto que para a China de 2% para 13%. Paralelamente, verificou-se importante queda do peso do comércio com os EUA e a União Europeia. O México e os países centro-americanos se beneficiaram, como discutimos acima, menos desse processo. Além disso, passaram a enfrentar acirrada concorrência dos produtos chineses, que tem forte presença no mercado norte-americano, pois a maior parte das exportações dos países centro americanos e do México é composta de produtos manufaturados. O México tem elevado suas exportações de bens primários. No referido intervalo de tempo, as exportações mexicanas de bens primários e manufaturas baseadas em recursos naturais para a China cresceram de 14% do total das exportações para 43%. Mas estes números têm pouca importância para o comércio exterior deste país (CEPAL 2012b, 53-62).

24 Na década de 2000, as importações latino-americanas provenientes da China cresceram em média por ano 24,5%, enquanto as provenientes dos EUA 13,9% e as da União Europeia 7,8%. (CEPAL 2012b, 60).

rica Latina apresenta um déficit crônico nas importações de bens manufaturados com a Ásia em desenvolvimento desde 2005. Um dos resultados dessa situação foi o acirramento da concorrência nos mercados latino-americanos, sobretudo com a forte penetração de produtos chineses. Os setores mais afetados foram os seguintes: têxtil, calçados, confecções, material de borracha e plástico, máquinas, equipamentos e automotivo e seus componentes. Argentina, Brasil e México foram particularmente afetados (CEPAL 2012b, 60).

Em 2012 e 2013, observa-se um retrocesso do superávit comercial da região, em virtude da desaceleração da economia mundial. Principalmente para a América do Sul, verificou-se uma queda dos preços dos produtos que exporta, parcialmente neutralizada pelo aumento do volume exportado. Enquanto isso os preços dos produtos importados mantiveram-se estáveis. O resultado foi uma queda de 1,8% nos termos de troca. O déficit em transações correntes, depois de permanecer entre 2009 e 2012 no patamar de 1,8% do PIB, em 2013, passou para 2,7% do PIB regional. Nos quatros anos seguintes os números foram respetivamente os seguintes 3,0%, 2,8% e 1,9% e 1,5%. A melhora deveu-se, em grande medida, a própria desaceleração da economia (CEPAL 2018). Embora estes déficits tenham sido cobertos pelos investimentos externos diretos, a deterioração das transações correntes indica a permanência da vulnerabilidade externa.

A reprimarização das exportações latino-americanas, estimulada pelo incremento dos preços dos produtos primários na última década[25], tem induzido a especialização em setores primários e de manufaturados de baixo valor agregado e baixo conteúdo tecnológico. Neste ponto, os indícios apresentados sugerem estar as economias latino-americanas, pelo menos no que se refere aos países mais desenvolvidos da região, sofrendo uma transformação estrutural de suas economias, que tende a reforçar a posição subordinada e dependente na economia mundial. Verifica-se a ausência de amplas e consistentes políticas industriais na região desde a adoção das políticas neoliberais no final dos anos de 1980. Os governos de centro-esquerda que ganharam terreno na década de 2000 não reverteram essa tendência, no máximo adotaram políticas reativas de escopo reduzido, não se dando conta que o mundo atravessa uma mudança no padrão tecnológico.

Os reflexos dessa situação de vulnerabilidade se manifestam na decrescente participação da América Latina no comércio de bens em escala mundial. Entre 2000 e 2015, esta participação caiu de 5,7% para 5,5%, Situação mais grave pode ser observada no comércio de bens de alta tecnologia e

25 A preços constantes, observa-se um decrescimento do valor das exportações de bens primários e de produtos manufaturados baseados em recursos naturais para toda a região. Ver respeito CEPAL (2012b, 54)

de serviços modernos, cuja queda foram respectivamente de 8% para 5% e de 2,4% para 1,9% no mesmo período. Não é por acaso que a participação da região nas cadeias internacionais de valor tem cada vez mais se concentrado no fornecimento de produtos básicos para as exportações de terceiros países, embora se verifique um aumento da inserção nas nestas cadeias. Os encadeamentos para trás na América Latina são menores que em outras regiões, sobretudo se compararmos com os países asiáticos. Entre 2000 e 2011, a participação da América Latina nos encadeamentos para trás nas cadeias globais de valor foi de 25% para 20% e nos encadeamentos para frente de 14% para 21%. Enquanto a Ásia, no mesmo intervalo de tempo, manteve sua participação nos encadeamentos para frente em 21% e aumentou sua participação nos encadeamentos para trás de 25% para 30%. Cabe assinalar, no entanto, que o México e a Costa Rica apresentam importante inserção nas cadeias de valor norte-americanas nos setores automobilístico, telecomunicações, equipamentos médicos e eletrônico. Os demais países da América Central seguem essa tendência, com participação relevante nos setores têxtil e de confecções (CEPAL 2016, 20-22).

A reafirmação da tendência histórica, particularmente na América do Sul, de inserção da América Latina como exportadora de produtos primários e manufaturados de baixa tecnologia sobretudo no *boom* de *commodities* não contribui para intensificar a integração regional. O comércio inter-regional declinou mais que o comércio extra regional entre 2012 e 2016, sobretudo na América do Sul. Em parte, esse comportamento deveu-se ao declínio da atividade econômica neste período, que afetou bastante o Brasil e a Venezuela (CEPA 2016, 119-122).

A vitória de forças políticas de centro-direita que assumiram muitos governos da região, em particular na América do Sul, trouxe uma radicalização das políticas neoliberais, que de forma alguma oferecem respostas paras os impasses da América Latina nesta fase de crise e redefinição dos rumos do capitalismo global. Países como a Argentina e principalmente o Brasil se alinharam à estratégia da austeridade e se aproximam dos EUA, que por sua vez busca retomar espaço na região. O golpe de Estado no Brasil e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, a crise na Venezuela, a vitória de Macri na Argentina, as dificuldades de Correia fazer seu sucessor, a derrota de Morales no plebiscito que garantiria mais uma reeleição são indicativos dos impasses das forças de esquerda e centro-esquerda da região, o que se espelha no enfraquecimento da UNASUL e da ALBA e no surgimento da Aliança do Pacífico, que congrega países que apostam na estratégia neoliberal. Embora a Aliança para o Pacífico tenha como meta diversificar a economia e a pauta de exportação, ela enfrenta enorme dificuldade, pois os países asiáticos, so-

bretudo a China, vêm a América Latina como exportadora de *commodities* e o México está atrelado a economia dos EUA. A opção pelo fortalecimento da integração regional, expressa na resistência à ALCA e no fortalecimento do Mercosul, parece enfraquecida. Assim como a política Sul - Sul e a aposta nos BRICs perdem terreno com o golpe no Brasil. Ou seja, o reforço da inserção da região, em especial a América do Sul, como exportadora de bens primários na economia mundial e a profunda articulação do México aos EUA[26] colocam obstáculos a uma maior integração da região, que efetivamente tem apresentado avanços modestos, e apontam para a manutenção de padrões dependentes e subordinados de inserção da região no capitalismo global.

Considerações finais

A reestruturação do capitalismo como resposta à crise estrutural da década de 1970 restringiu os espaços para as experiências desenvolvimentistas na América Latina, sobretudo ao comprometer o financiamento do desenvolvimento com endividamento externo. O Estado perdeu as condições de articular uma nova fase de desenvolvimento. Neste contexto, os países latino-americanos não conseguiram acompanhar o novo padrão de acumulação e tecnológico em curso no capitalismo global e foram capturados pelos circuitos de valorização fictícia do capital. Foram gestadas as condições para o retrocesso estrutural das economias latino-americanas e para a reafirmação da inserção da região como exportadoras de bens primários. De fundamental importância nesse processo foram as políticas neoliberais, inspiradas no Consenso de Washington, que abriram financeira e comercialmente as economias nacionais da região, enfraqueceram os Estados e bloquearam políticas industriais.

Apesar do fracasso dessas políticas, cujo ápice se expressam nas crises do Brasil e da Argentina, não houve uma ruptura radical com essa linha de política. As forças de centro-esquerda que assumiram vários governos da região, em graus diferentes, não conseguiram implementar políticas que levassem a diversificação da economia e uma inserção dinâmica no capitalismo global. O *boom* de *commodities* aprofundou sobretudo a inserção da América do Sul como exportadoras de bens primários e não contribuiu para uma maior integração regional, embora ao reduzir a vulnerabilidade externa tenha aberto a possibilidade para a adoção de políticas econômicas expansivas, calcadas na

26 Não levamos em conta, neste texto, as políticas adotadas pelos EUA de Dolnad Trump, que tendem a enfraquecer a arquitetura do NAFTA, nem a recente eleição de Lopes Obrador no México, que poderão alterar no médio prazo esta situação.

ampliação do consumo, no incremento dos investimentos, no aumento do emprego e em inúmeras medidas voltadas para diminuir a miséria e melhorar a distribuição da renda. No entanto, essas políticas ao não promoverem uma mudança estrutural, que implicaria, entre outros aspectos, desenvolver a indústria e ampliar e modernizar a infraestrutura, não lograram articular bases sólidas para os avanços observados na fase do *boom* de *commodities*.

Com o esgotamento do *boom* das *commodities* parece delinear-se para a América Latina um período de baixo crescimento e manutenção de uma inserção subordinada e dependente no capitalismo global, que vive profunda crise. As relações simbióticas entre os EUA e as economias asiáticas, em particular a chinesa, estão sendo colocadas em xeque pela atual crise, o que parece abrir uma fase de acirramento das disputas em torno da hegemonia mundial. A América Latina, que está longe de ser uma unidade, encontra-se numa encruzilhada. As elites econômicas do México continuam apostando no seu alinhamento estratégico com os EUA, mas se o governo Trump rever sua política em relação ao NAFTA este país ficará em situação delicada. A saída brasileira, iniciada pelo governo Temer e que provavelmente será aprofundada por Bolsonaro, de alinhar-se politicamente aos EUA não representa um caminho auspicioso. A proposta das renovadas forças neoliberais na região é a austeridade, que busca recompor a lucratividade e competitividade a partir do arrocho dos salários, da degradação das condições de vida e da redução dos direitos sociais, acompanhando a resposta que o capital busca dar a crise de superacumulação. As forças de esquerda, que não logram diversificar suas economias quando no governo, apesar de alguns esforços nesse sentido, terão de repensar suas estratégias de desenvolvimento e inserção na economia global. Porém, terão que encaminhar essas questões em um contexto mais competitivo e menos dinâmico, marcado pelo acirramento das disputas pela hegemonia e sem o bônus do *boom* de *commodities*.

REFERÊNCIAS

Arrighi, Giovanni. 2008. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo.

BANCO MUNDIAL. Data. Acessed September 12, 2018 https://data.worldbank.org/indicator.

Basualdo, Eduardo e ARCEO, Enrico. (Eds.). 2006. *Neoliberalismo y setores dominantes. Tendencias globales y experiências nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. 2009. *Os antecedentes da tormenta. Origens*

da crise global. São Paulo: EDUNESP.

Brenner, Robert. 2006. "Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana". In *Contragolpes*, organized by Emir Sader, 90-120. São Paulo: Boitempo.

Camargo, José Marangoni. 2014. "Evolução recente da economia brasileira e o processo de desindustrialização". In *Economia e sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global*, organized by Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo e Agnaldo dos Santos, 237-256. São Paulo/Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária.

Cano, Wilson. 2000. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP.

Carneiro, Ricardo. 2000. *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: EDUNESP.

CEPAL. 2003-2018. *Estúdio econômico de América Latina y el Caribe*. Acessed October 1, 2018. http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/86/S1600799_es.pdf

_____. 2003-2018. *Anuarios Estadisticos*. Acessed September 25, 2018 https://www.cepal.org/es/publications/list/?search_fulltext=Anuarios+estadisticos.

_____. 211a. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Acessed September 28, 2018. www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/9/44349.xml.

_____. 2011b. *La Republica Popular China y América Latina y el Caribe*. Hacia uma nueva fase en el vinculo económico e comercial. Acessed september 5, 2018 www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/6/43666.xml .

CEPAL. 2012a. *Panoroma de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago: CEPAL.

CEPAL. 2012b. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Acessed september 15, 2018. www.eclac.cl./estadisticas/.

_____. 2016. P*anorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. La región frente a las tensiones de la globalización. Acessed September 5, 2018. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40744/1/S1601274_es.pdf

Chang, Ha. Joon. 2004. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: EDUNEP.

Chesnais, François. 1998. *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*.

São Paulo: Xamã.

_____ . 2012. *Dívidas impagáveis*. Lisboa: Círculo.

_____. 2016. *Finance capital today*. Boston: Liden.

Corsi, Francisco Luiz .2006. "Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente". In *Trabalho e educação. As Contradições do capitalismo global*. Organized by Giovanni Antônio Pimto Alves, 12-35. Maringá: Praxis.

_____. "Crise e reconfiguração do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático". In *As relações entre China e América Latina num contexto de crise. Estratégia, intercâmbios e potencialidades*. Organized by Marcos Cordeiro Pires, 109-130. São Paulo: LCTE.

_____. 2018. "A América Latina diante da crise do capitalismo global e do esgotamento do ciclo de commodities: os desafios do desenvolvimento sustentado e inclusivo". In *Anais do XXX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)*. Acessed September 3, 2018. http://alas2017.easyplanners.info/opc/?page=listadoCompleto

FMI. 2018. I*MF/Data* . Acessed October 15, 2018. http://www.imf.org/en/data .

____ . 2018. *Word Economic Outlook*. Acessed september 3, 2018. http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/03/20/world-economic-outlook-april-2018.

Gonçalves Reinaldo. 2002. *O vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record.

Harvey. David. 1996. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

_____. 2011. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo.

Jenkins, Rhys. 2011. "El 'efecto China' em los precios de los productos básicos e en el valor de las exportaciones de América Latina". *Revista da CEPAL* 103 (abril): 73-87.

Kaccef, Osvaldo e López-Monti, Rafael. 2010. "América Latina, del auge a la crisis: desafios de política macroeconómica". *Revista CEPAL* 100 (abril): 41-68.

Katz, Claudio (org.). 2012. *La cirsis capitalista mundial y América latina: lecturas de economia política*. Buenos Aires: CLACSO.

Leite, Marcos Vinicius Chiliatto. 2017. Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Acessed April 12, 2018. http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325389/1/Leite_MarcosVini-

ciusChiliatto_D.pdf

Maito, Esteban. 2013. "La transitoriedad histórica del capital. La tendência descendente de la tasa de ganancia desde el siglo XIX". *Razón y Revoución*, 26: 129-159.

Medeiros, Carlos Aguiar.2008. 'Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China". In *O mito do colapso do poder americano*. Organized by José Luís Fiori. Rio de Janeiro: Record.

Nayyar, Deepak. 2014. *A corrida pelo crescimento. Países em desenvolvimento na economia mundial.* Rio de Janeiro: Contraponto.

Piketty, Thomas. 2014. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Pinto, Eduardo Costa e Cintra, Marcos Antonio. 2015. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. Acessed September 12, 2018 http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf.

Pinto, Eduardo Costa e BALANCO, Paulo. 2013. *Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ (Texto para Discussão UFRJ, nº3).

Santos. Bruno Galvão. 2015. "O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa". *Revista do BNDES*, 43(junho): 205-251.

Roberts, Michael. 2016. *The long Depression*. Chicago: Haymarket Books.

Varoufakis, Yanis. 2016. *O minotauro global*. São Paulo: Autonomia Literária.

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo discutir os impactos do *boom* de *commodities* nas economias latino-americanas. Discutiremos o *boom* e a sua crise no interior do contraditório e instável processo de mundialização do capital, caracterizado, entre outros aspectos, pela hegemonia do capital financeiro e pela reconfiguração espacial da acumulação de capital, que tem enorme influência na periferia do sistema e na reorganização da divisão internacional do trabalho. Os caminhos perseguidos pelas economias latino-americanas fazem parte desse processo. Dessa forma, a análise das possibilidades e dos obstáculos para um desenvolvimento econômico e social inclusivo tem de partir desse referencial.

PALAVRAS-CHAVE
América Latina, *Boom de Commodities*, Crise, Desenvolvimento

Recebido em 3 de janeiro de 2018.
Aprovado em 25 de março 2019.

Traduzido por Gabriela Ruchel